20º SIMULADO OAB 2013.2

22 DE NOVEMBRO DE 2013

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 22/nov e extinguir-se-á às 13hs do dia 25/nov. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 27/nov.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 27/nov.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 22/Nov | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 22/Nov | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 25/Nov | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 27/Nov | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 27/Nov | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

1. **No que tange ao processo administrativo disciplinar, analise as assertivas a seguir:**

**I. O processo administrativo disciplinar é composto de fases. Sindicância é a fase do processo administrativo preliminar que determina se o funcionário público sofrerá sanção ou não pelo cometimento de falta funcional.**

**II. A falta de defesa técnica por advogado no pro­cesso administrativo disciplinar não ofende a Constituição.**

**III. No processo administrativo disciplinar, as provas são produzidas durante a fase denominada de inquérito administrativo; tal fase compreende instrução, defesa e relatório.**

**Assinale:**

(A) se todas as assertivas estiverem corretas.

(B) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.

1. **Sobre intervenção do Poder Público na Propriedade, é correto afirmar que:**

(A) tombamento é a forma de intervenção na proprie­dade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural, com a finalidade de proteger a memória nacional. Pela grande relevância desse instituto, e com base no princípio da supre­macia do interesse público, não há a necessidade de informar ao proprietário do bem, por meio de notificação, sobre a existência do procedimento de tombamento, principalmente porque o bem continuará na propriedade do particular.

(B) é possível a desapropriação de bens públicos na direção vertical das entidades federativas. No entanto, com base no princípio federativo e no princípio da preponderância dos interesses, é possível Município desapropriar bem do Estado, se provado o interesse local.

(C) Os institutos do tombamento e da limitação administrativa são instrumentos diversos de intervenção do Estado na propriedade. Quanto aos destinatários dos institutos, pode-se afirmar que o tombamento é ato de restrição individual, e isso porque depende da análise de cada bem a ser tombado, e as limitações urbanísticas administrativas são atos gerais e impessoais, e, por conseguinte, incidem sobre coletividades indeterminadas.

(D) Conforme jurisprudência dos Tribunais Superio­res, Estado e Município podem desapropriar bens de empresa pública federal, sem a necessidade de autorização do Presidente da República, pois se trata de entidade de Administração Indireta.

1. **Assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Os institutos de autorização de uso de bem público e o de permissão de uso de bem público são muito semelhantes. A diferença entre eles é que, no pri­meiro, predomina o interesse privado, enquanto, no segundo, prepondera o interesse público.

(B) Domínio patrimonial é o poder político que permite ao Estado submeter à sua vontade todos os bens situados em seu território.

(C) Segundo jurisprudência dos tribunais superiores, os bens de sociedade de economia mista são considerados bens públicos se afetados a um serviço público.

(D) A concessão de bem público é contrato admi­nistrativo, ao passo que a autorização de uso de bem público e a permissão de uso de bem público são atos administrativos.

1. **ADMINLSTRATIVO. RECURSO ESPE­CIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE RÁDIO COMUNITÁRIA INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ABUSO DO PODER DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPE­CIAL NÃO PROVIDO.**

**É entendimento pacífico nesta Corte que a autorização do Poder Executivo é indispensável para o regular funcionamento de emissora de radiodifusão, consoante o disposto nas Leis 4.117/62 e 9.612/98 e no Decreto 2.615/98.2. Entretanto, em obediência aos princípios da eficiência e razoabilidade, merece confirmação o acórdão que julga procedente pedido para que a Anatel se abstenha de impedir o funcio­namento provisório dos serviços de radiodifusão, até que seja decidido o pleito administrativo da recorrida que, tendo cumprido as formalidades legais exigidas, espera há mais de dois anos e meio, sem que tenha obtido uma simples resposta da Administração. 3. Recurso especial não provido. REsp 1062390/ RS. Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES (1142) Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 18/11/2008. Data da Publicação/Fonte. DJe 26/11/2008.**

**Do texto acima descrito, é correto concluir que:**

(A) a discricionariedade é uma garantia que tem o agente público para atuar à margem da lei na escolha dos critérios de conveniência e oportu­nidade.

(B) a discricionariedade é uma atuação legítima e em nenhuma hipótese pode ser passível de controle pelo Poder Judiciário.

(C) o controle do poder discricionário no caso se deu com visível violação ao princípio da separação dos Poderes

(D) o poder discricionário da Administração Pública não inviabiliza o controle do Poder Judiciário, principalmente quando existe expressa violação ao principio da razoabilidade.

**5. Com relação ao tema da improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir.**

**I. De acordo com a atual jurisprudência do STF, a lei de improbidade administrativa não se aplica a todos agentes políticos, os quais estão submetidos a um regime especial de responsabilidade com prerrogativa de foro.**

**II. Para garantir o ressarcimento do erário público, o réu da ação de improbidade administrativa pode ter decretada cautelarmente ( judicialmente) a indisponibilidade de seus bens.**

**III. O Ministério Público ou pessoa jurídica interes­sada pode celebrar transação judicial com o réu da ação de improbidade administrativa desde que o ato improbo não cause prejuízo ao erário.**

**IV. Conforme o atual posicionamento jurisprudencial o STF vai decidir se é necessária a presença do elemento má-fé para caracterização do ato de improbidade administrativa.**

**Assinale:**

(A) se somente as afirmativas II, e IV estiverem corretas.

(B) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

(C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas I e IV estiverem cor­retas.

1. **A respeito dos convênios de cooperação e consórcios públicos previstos no art. 241 da Consti­tuição Federal e regulamentados pela Lei nº 11.107/05, assinale a alternativa correta.**

(A) Pode haver a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços públicos transferidos.

(B) O contrato de programa, cuja celebração pode ser autorizada no convênio de cooperação, não é espécie de contrato administrativo.

(C) Apenas um deles é instrumento apto para trans­ferir e organizar a gestão associada de serviços públicos.

(D) Consórcios públicos podem contratar parcerias público-privadas, mas não concessões comuns.

**7. Um indivíduo ajuizou uma ação de responsabilidade civil contra uma empresa pública que se dedica à prestação de serviço público visando ao ressarcimento de danos que lhe foram causados em virtude da má prestação do serviço. O autor alega que essa empresa, apesar de se constituir em pessoa jurídica de direito privado, é entidade integrante da administração pública e prestadora de serviço público, razão pela qual sua responsa­bilidade é objetiva, devendo a reparação ocorrer independentemente da prova da culpa ou dolo. Na situação apresentada pelo enunciado, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A responsabilidade será sempre objetiva, não importando se o responsável pela lesão for uma empresa pública prestadora de serviço público ou exploradora de atividade econômica.**

**II. A responsabilidade civil objetiva somente se aplica ás pessoas jurídicas de direito público que compõem a Administração Pública Direita e não às empresas públicas constituídas pelo regime de direito privado, ainda que sejam prestadoras de serviços públicos.**

**III. A responsabilidade civil objetiva depende da aferição de culpa do agente público que deu ensejo ao prejuízo causado pela pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.**

**IV. A responsabilidade civil objetiva do Estado se aplica tanto às pessoas jurídicas de direito público quanto às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.**

**V. As pessoas jurídicas de direito privado prestado­ras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sempre responsabilidade objetiva em caso de atos comissivos, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, subjetivamente para esse.**

**Somente está correto o que se afirma em:**

(A) II, III, IV e V.

(B) II.

(C) I e III.

(D) IV e V.

**8. A assessoria jurídica de uma autarquia federal foi questionada a respeito do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos celebrados por aquela entidade. A equipe apontou, como característica de tais contratos, a presença de cláusulas que conferem à Administração Pública a prerrogativa de:**

(A) Rescindi-los unilateralmente nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, independente de garantia de prévia defesa ao contratado.

(B) Fiscalizar-lhes a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

(C) Prorrogá-los por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitando-se a 36 (trinta e seis) meses.

(D) Modificá-los unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, ficando o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões a serem feitos nas obras, serviços ou compras, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**9. A respeito do regime jurídico aplicável às parcerias público- privadas, analise as afirmações abaixo.**

**I - Parceria público-privada é o contrato de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.**

**II - Uma diretriz a ser observada na contratação de parceria público-privada é a repartição objetiva de riscos entre as partes.**

**III - A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência ou tomada de preços, invertendo-se a ordem das fases de habilitação e julgamento.**

**Está correto APENAS o que se afirma em:**

(A) I

(B) III

(C) I e II.

(D) I e III.

**10. Analise as situações abaixo.**

**I - Na contratação de instituição estrangeira incumbida da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.**

**II - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.**

**III - Para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.**

**IV - Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.**

**Quais as situações que NÃO encontram amparo legal para configurarem hipóteses de dispensa de licitação?**

(A) I e II

(B) I e III

(C) I e IV

(D) II e III

**Constitucional**

1. **A ação de *habeas data*:**

(A) pode ser proposta, em regra, pelo titular do dado pessoal, seja ele pessoa natural ou jurídica;

(B) pode ser proposta diretamente ao Poder Judiciário, independentemente de preenchimento de condição prévia;

(C) é gratuita somente para os que comprovarem insuficiência de recursos e dispensa o advogado;

(D) permite que informações públicas, mas de interesse particular sejam conhecidas.

1. **Sobre os Deputados e Senadores assinale a resposta correta:**

(A) Em razão da prerrogativa de foro, com o fim do mandato os parlamentares continuarão submetidos a julgamento criminal perante o STF;

(B) Deputados estaduais podem ser presos em flagrante de crime afiançável;

(C) Os Senadores são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário simples ou comum, que é diferente do sistema utilizado nas eleições para o executivo federal;

(D) Não há possibilidade de eleição de Deputados pelos Territórios federais.

**13. Com relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa exata:**

(A) O Supremo Tribunal Federal admite a inconstitucionalidade implícita que é aquela que resulta da antinomia entre as normas constitucionais originárias e os princípios positivados, eis que esses últimos constituem-se na síntese dos valores e demonstram o espírito da Constituição;

(B) O controle de constitucionalidade no Brasil é preventivo e repressivo, difuso e concentrado;

(C) A Constituição Brasileira vigente não é revestida de supremacia, haja vista proclamar que todo o poder emana do povo, sendo este, então, supremo perante o ordenamento jurídico do Brasil;

(D) O controle difuso de constitucionalidade é exercido apenas pelos órgãos colegiados do Poder Judiciário;

**14. No que diz respeito aos direitos políticos, assinale a opção correta.**

(A) O voto é obrigatório para todas as pessoas com mais de 18 e menos de 70 anos;

(B) O plebiscito e o referendo podem ser convocados pelo Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, e também por lei de iniciativa popular;

(C) Reconhecida a incapacidade civil absoluta, mediante sentença que decrete a interdição, ocorre a suspensão dos direitos políticos, mas, não, a perda de tais direitos;

(D) São inelegíveis relativamente, os inalistáveis, os conscritos, bem como o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, no território de jurisdição do candidato a Presidente da República, a Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal ou de Prefeito.

**15. No Município de Madeiral, Estado da Luz, o Prefeito em exercício, Sr. Eufrázio das Neves, utilizando-se de dinheiro público, desenvolve intensa campanha de propaganda de obras, serviços e programas da Administração Pública, através da imprensa local, falada e escrita, com evidente propósito de promoção pessoal. Você é procurado por vários munícipes, para que adote, urgentemente, a medida legal cabível, objetivando a defesa dos cofres públicos e a probidade da conduta do administrador público. Qual é o remédio constitucional aplicável ao caso apresentado?**

(A) mandado de segurança individual;

(B) mandado de segurança coletivo;

(C) mandado de injunção;

(D) ação popular.

**16. No que diz respeito à nacionalidade, responda corretamente:**

(A) de acordo com recente alteração constitucional, netos de brasileiros nascidos no exterior poderão mais ser registrados em repartição consular brasileira;

(B) são considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros que residam no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal, exceto os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa, a quem são exigidos apenas uma permanência em território nacional de dois anos ininterruptos e idoneidade moral;

(C) os cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e de Delegado da Polícia Federal são privativos de brasileiros natos;

(D) brasileiros natos podem perder a nacionalidade brasileira.

**17. Sobre o Poder Executivo, marque a questão correta:**

(A) O português equiparado, mesmo devidamente alistado, não pode concorrer ao cargo de presidente da República;

(B) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão da Câmara dos Deputados, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil;

(C) Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, o Presidente da Câmara dos Deputados, e suceder- lhe-á, no de vaga, o Presidente do Senado Federal;

(D) O mandato do Presidente da República é de cinco anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

**18. Em relação à estruturação da República Federativa do Brasil:**

(A) o Brasil adota como forma de governo o presidencialismo;

(B) a Federação é o sistema de governo previsto no texto constitucional;

(C) a Constituição não reconhece para os entes estatais o direito de secessão;

(D) a Constituição não permite que novos Territórios Federais sejam criados.

**19. Em relação às disposições constitucionais que versam sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:**

(A) A garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade não é prerrogativa exclusiva do povo brasileiro.

(B) Dentre os direitos individuais previstos na Constituição está a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(C) A Constituição não prevê a aplicação da pena de morte.

(D) Aos litigantes e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, princípio este aplicável no processo administrativo.

**20. Analise as assertivas abaixo sobre o Poder Legislativo e o Poder Executivo:**

**I - O Senado Federal é representante do povo e cada Estado terá o número fixo de 3 Senadores;**

**II - As eleições para o Executivo das esferas federal, estadual, distrital e municipal serão sempre pautadas pelo sistema majoritário de dois turnos ou de maioria absoluta;**

**III - O sistema eleitoral para as eleições dos Deputados Federais e dos Vereadores é o proporcional;**

**IV - Governadores de Estados só poderão ser presos após sentença condenatória criminal transitada em julgado;**

**V- Os suplentes dos parlamentares não gozam de imunidades.**

**De acordo com o texto constitucional:**

(A) as afirmativas I e III estão certas.

(B) as afirmativas I e II estão certas.

(C) apenas a afirmativa IV está certa;

(D) as afirmativas III e V estão certas.

**Deontologia**

**21. O advogado Mário Souza, OAB/PE, foi procurado por um cliente para ingressar com uma ação de reparação por danos morais em face de uma prestadora de serviço público. Analisando a situação o advogado Mário Souza entendeu não ser cabível tal ação.**

**De acordo com o que dispõe o Código de Ética e Disciplina da OAB, qual o procedimento a ser adotado pelo advogado Mário Souza?**

(A) Informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das consequências que poderão advir da demanda, e caso o cliente insista na demanda, ingressar com a referida ação;

(B) Ingressar com a referida ação, sem nada informar ao cliente, mesmo entendendo que seu cliente não logrará êxito;

(C) Substabelecer o mandato, sem reservas de poderes, para outro advogado que ingressará com ação de reparação por danos morais;

(D) Substabelecer o mandato, com reservas de poderes, para outro advogado que ingressará com ação de reparação por danos morais.

**22. O advogado Marcos Antônio retirou de cartório os autos de um processo cível em andamento, pelo prazo de 10 (dez) dias. Decorridos mais de 30 (trinta) dias sem devolver os referidos autos, Marcos Antônio foi intimado, por Oficial de Justiça, a devolver aqueles autos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Também não o fez e nada justificou. Pergunta-se: ao todo o que pode ocorrer a Marcos Antônio?**

(A) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido pelo juiz da Vara que pertence os autos do processo; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;

(B) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido criminalmente pela retenção dos autos; perder o direito de vista daqueles autos fora de cartório e pagar multa de meio salário mínimo, podendo até responder por perdas e danos, além de sujeitar-se á busca e apreensão dos autos;

(C) Ser apenas punido disciplinarmente pela OAB e responder por perdas e danos, além de sujeitar-se à busca e apreensão dos autos;

(D) Ser punido disciplinarmente pela OAB; ser punido pelo Juiz da Vara a que pertence os autos do processo e sujeitar-se à busca e apreensão dos autos.

**23. Entre outros requisitos, o contrato social de uma sociedade de advogados deve conter:**

(A) O objeto social, que consistirá no exercício da advocacia, podendo incluir a administração de bens e corretagem de imóveis, bem como a razão social designada pelo nome de um dos sócios que seja advogado;

(B) O prazo de duração da sociedade, que será sempre indeterminado, além do endereço de sua sede, podendo ter filiais;

(C) A razão social designada pelo nome completo ou abreviado dos sócios ou, pelo menos, de um deles, responsável pela administração da sociedade; o prazo de duração da sociedade e o objeto social, que consistirá, exclusivamente, no exercício da advocacia;

(D) A razão social designada pelo nome completo ou abreviado dos sócios ou, pelo menos, de um deles, responsável pela administração da sociedade; o prazo de duração da sociedade, que pode ser determinado ou indeterminado, e ter como sócios apenas advogados e estagiários regularmente inscritos na OAB.

**24. Qual das hipóteses abaixo configura uma lide temerária?**

(A) O advogado ingressar em juízo com uma ação de rescisão de um contrato que não foi firmado com o réu;

(B) O advogado abandonar o patrocínio da causa de seu cliente e passar a defender o adversário dele naquela mesma causa;

(C) O advogado aconselhar o cliente a ingressar em juízo com uma ação que sabe tratar-se de “causa perdida”;

(D) O advogado exigir do cliente honorários acima dos valores estabelecidos na tabela de honorários da OAB.

**25. O advogado Augusto César, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi eleito em assembleia de acionistas e empossado Presidente do Banco Bradesco S.A.- Pergunta-se: Como fica a situação de Augusto César junto a OAB-RJ e quanto ao exercício da Advocacia?**

(A) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, consequentemente não poderá mais exercer a advocacia;

(B) Será licenciado pela OAB-RJ e, consequentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Presidente do Banco Bradesco S.A.;

(C) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém impedido de advogar contra o Banco Bradesco, que o remunera;

(D) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente sem qualquer restrição, por se tratar de Banco privado.

**26. Viola disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que:**

(A) Renuncia ao mandato de um cliente, contra a vontade do mesmo;

(B) Cobra honorários acima dos valores da Tabela de Honorários da OAB;

(C) Publica anuncio em jornal, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele Mestre em Direito Civil;

(D) Faz emitir Duplicata de Prestação de Serviços para garantir o pagamento de seus honorários.

**27. Em consequência de acidente de veículos provocado por JOSÉ DA SILVA, este pagou a CARLOS ALBERTO, em composição amigável, a quantia de R$ 6.000 (seis mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de Carlos Alberto, que deu quitação do que lhe era devido. Passados 4 (quatro) meses, CARLOS ALBERTO consultou o advogado ANTÔNIO BENÍCIO e este, mesmo sabendo daquele pagamento e na condição de advogado de Carlos Alberto, ingressou em Juízo com uma Ação de Ressarcimento de danos por acidente de veículos em face de JOSÉ DA SILVA, pleiteando a indenização de R$6.000,00(seis mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de Carlos Alberto. Pergunta-se:**

(A) Antônio Benício cometeu uma fraude processual;

(B) Antônio Benício praticou uma lide temerária;

(C) Antônio Benício cometeu uma inépcia profissional;

(D) Antônio Benício cometeu um patrocínio infiel.

**28. Em que casos uma pessoa, que não é advogado, pode ingressar em juízo pessoalmente, isto é, sem se fazer representar por um advogado?**

(A) Na impetração de Habeas Corpus, no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos e na Ação Popular;

(B) Na impetração de Habeas Corpus, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado Especial Cível (até 20 salários mínimos) e no Mandado de Segurança;

(C) Na impetração de Habeas Corpus, no Juizado Especial Cível até 20(vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância) e no Juizado de Paz;

(D) Na impetração de Habeas Corpus, no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado de Paz e na Ação Popular.

**29. Francisco Mendes, com domicílio profissional na cidade do Rio de Janeiro e inscrito apenas na OAB-RJ, vai patrocinar uma Ação Cível de seu cliente na Comarca de Juiz de Fora Estado de Minas Gerais. – Pergunta-se: O que deve fazer Francisco Mendes para legitimar tal patrocínio naquela Comarca?**

(A) Francisco Mendes terá que fazer uma inscrição suplementar na OAB-MG;

(B) Francisco Mendes terá que fazer a transferência de sua inscrição para a OAB-MG;

(C) Francisco Mendes pode patrocinar aquela ação na Comarca de Juiz de Fora – MG, sem inscrição na OAB-MG, mas desde que comunique o patrocínio à OAB-MG (diretamente ou através da subseção de Juiz de Fora);

(D) Francisco Mendes pode patrocinar aquela ação na Comarca de Juiz de Fora - MG, sem inscrição e sem qualquer comunicação à OAB-MG.

**30. Um advogado, regularmente inscrito na OAB/RJ, foi escolhido em lista tríplice pelo Governador e empossado no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Pergunta se: Como fica a situação daquele advogado junto à OAB/RJ?**

(A) Continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo livremente a advocacia;

(B) Continuará inscrito na OAB/RJ, ficando, porém, proibido de advogar apenas contra a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;

(C) Terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada e, por consequência, não poderá mais exercer a advocacia;

(D) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que exercer a atividade de Desembargador.

**Direito e Processo Penal**

**31. Nos termos do Código Penal, são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime, exceto:**

(A) a primariedade

(B) ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe;

(C) ter o agente cometido o crime para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

(D) ter o agente cometido o crime à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido.

**32. Acerca da reincidência, marque a alternativa correta:**

(A) Verifica-se a reincidência quando o agente comete nova contravenção, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por contravenção anterior.

(B) Para efeito de reincidência prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação;

(C) Para efeitos de reincidência são considerados os crimes militares próprios e políticos.

(D) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

**33. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.**

**O texto acima está relacionado ao instituto denominado:**

(A) Concurso material;

(B) Concurso fidedigno;

(C) Concurso formal;

(D) Concurso extraterritorial.

**34. O crime continuado ocorre quando:**

(A) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

(B) o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

(C) o agente, somente mediante mais de três ações, pratica três crimes da mesma espécie pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

(D) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da de espécies distintas e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

**35. O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:**

(A) cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

(B) cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

(C) comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

(D) tenha reparado, impreterivelmente, em qualquer circunstância, o dano causado pela infração.

**36. A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada:**

(A) pela prevenção.

(B) por conexão.

(C) pela natureza da infração.

(D) pela continência.

**37. Assinale a alternativa correta.**

(A) De acordo com o entendimento dominante, no flagrante provocado evidencia-se a presença de um terceiro, chamado “agente provocador”.

(B) Flagrante impróprio é quando existe um abuso na prisão, sendo considerado ilegal.

(C) Flagrante esperado e flagrante preparado são sinônimos.

(D) A prisão temporária pode ser decretada após recebida a denúncia, mas sempre por decisão fundamentada do Juiz.

**38. Sentença absolutória imprópria é a que:**

(A) concede ao acusado a suspensão condicional da pena.

(B) impõe ao acusado somente medida de segurança.

(C) substitui a pena privativa da liberdade por multa.

(D) substitui a pena privativa da liberdade por pena restritiva de direitos.

**39. O princípio da fungibilidade autoriza o juízo a:**

(A) rejeitar o recurso por ilegitimidade de parte.

(B) rejeitar o recurso por intempestividade.

(C) determinar a remessa do processo ao Tribunal de Justiça, único órgão jurisdicional competente para decidir sobre a fungibilidade recursal.

(D) receber o recurso equivocadamente interposto como se fosse o adequado.

**40. São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 10.259/01 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal:**

(A) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(B) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

(C) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a três anos, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

(D) Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, ou multa.

**Empresarial**

**41. A sociedade anônima de capital aberto é aquela que:**

(A) Constitui-se por subscrição pública ou forma sucessiva;

(B) Forma o seu capital mediante apelo ao público;

(C) Tem suas ações negociadas em bolsa;

(D) Tem suas ações transferíveis mão à mão.

**42. A Nota Promissória deve ser definida como:**

(A) Uma ordem de pagamento à vista;

(B) Uma ordem de pagamento à vista ou a prazo;

(C) Uma promessa condicional de pagamento;

(D) Uma promessa pura e simples de pagamento.

**43. A falência é um processo de execução coletiva que tem por finalidade última:**

(A) Realizar o ativo e liquidar o passivo;

(B) Interditar o devedor para o exercício do comércio;

(C) Declarar a insolvência do devedor;

(D) Desapossar o falido de seus bens.

**44. O aceite é o ato de reconhecimento do débito pelo:**

(A) Sacador;

(B) Emitente;

(C) Sacado;

(D) Endossante.

**45. A autonomia, como atributo do título de crédito, resulta da:**

(A) Declarações e assinatura do principal devedor;

(B) Interindependência das obrigações nele contidas;

(C) Da circunstância de não se vincular o título de crédito a nenhum contrato;

(D) Da faculdade conferida ao credor de executar o emitente.

**Direito e Processo Civil**

**46. Quanto à compra e venda,**

(A) quando pura, o contrato respectivo considerar-se-á consumado, obrigatório e perfeito, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.

(B) o preço da coisa deve ser fixado sempre em dinheiro, vedado que se o estabeleça à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.

(C) só pode ter por objeto coisa atual, vedada a transação sobre coisas futuras.

(D) uma vez estabelecida, automaticamente transfere o domínio da coisa ao comprador, que se obriga ao pagamento do preço em dinheiro.

**47. No tocante às pessoas jurídicas:**

(A) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades ao público.

(B) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

(C) de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes culpa ou dolo.

(D) as autarquias e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

**48. Acerca dos negócios jurídicos:**

(A) nas declarações de vontade importa considerar e fazer prevalecer apenas o sentido literal da linguagem.

(B) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.

(C) a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

(D) se forem eles celebrados com a cláusula de não valer sem instrumento público, este passa a ser incidental e secundário ao ato.

**49. Quanto ao inventário, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Desde a assinatura do compromisso até a homologação da partilha, a administração da herança será exercida pelo inventariante.

(B) O herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia.

(C) Os descendentes que concorrerem à sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que dele em vida receberam, sob pena de sonegação.

(D) A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, integralmente.

**50. Não podem casar, exceto:**

(A) os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.

(B) os divorciados.

(C) o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.

(D) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

**51. Com base no direito processual civil, assinale a opção correta.**

(A) O princípio da livre convicção motivada é utilizado pelo magistrado para decidir a lide; tratando-se de processo em que haja testemunha única, o magistrado deverá aplicar, subsidiariamente, outro princípio constante do ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da prova tarifada.

(B) Segundo o princípio da congruência, o magistrado deve decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

(C) Ocorre colusão quando autor e réu, juntos, praticam ato simulado.

(D) O Ministério Público e o juiz serão civilmente responsáveis quando, no exercício de suas funções, responderem com dolo ou culpa.

**52. No tocante à capacidade processual e postulatória,**

(A) o juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.

(B) a herança jacente ou vacante é representada judicialmente pelo inventariante.

(C) a citação de um dos cônjuges é sempre suficiente, não havendo hipóteses em que ambos devam ser citados para a demanda.

(D) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos pessoais e imobiliários.

**53. Em relação à denunciação da lide:**

(A) é ela cabível, apenas, se o denunciante for o réu, no prazo para contestar.

(B) é ela cabível ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.

(C) pode ocorrer em face de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

(D) é instituto que ocorre para quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre os quais controvertem autor e réu.

**54. No que se refere à competência:**

(A) é ela determinada no momento em que a ação é proposta, como regra, mostrando-se irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

(B) cabe à autoridade judiciária estrangeira proceder a inventário e partilha de bens, mesmo que situados no Brasil, se o autor da herança for estrangeiro e houver residido fora do território nacional.

(C) a ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão, em regra, propostas no foro do domicílio do autor.

(D) a territorial é absoluta e levanta-se por meio de preliminar na defesa apresentada pelo réu.

**55. Em relação à execução por quantia certa,**

(A) mesmo que não haja outros bens, são impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.

(B) não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis, mas podem ser executados os bens inalienáveis.

(C) pode ser oposta a impenhorabilidade à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.

(D) são absolutamente impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. É INCORRETO afirmar que o Direito Individual do Trabalho adota como regra o princípio da:**

(A) norma mais favorável ao trabalhador.

(B) intangibilidade salarial.

(C) disponibilidade dos direitos trabalhistas.

(D) continuidade da relação de emprego.

**57. Com relação ao intervalo para repouso e alimentação, é INCORRETO afirmar:**

(A) Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, de no máximo duas horas.

(B) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar de quatro horas.

(C) A não concessão do intervalo para repouso e alimentação implica em mera sanção administrativa, com imposição de multa ao empregador.

(D) Os intervalos para repouso e alimentação previstos na Consolidação das Leis do Trabalho não serão computados na duração do trabalho.

**58. A Constituição da República relaciona em seu artigo 7º um rol de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre eles:**

(A) seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário.

(B) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.

(C) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, exceto para os que percebem remuneração variável.

(D) aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade para o homem e sessenta e cinco para a mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

**59. João trabalhou como empregado da empresa "Pressão Ltda." durante três meses, sendo que no período foram contabilizadas trinta faltas sem justificativa e não consecutivas, vinte e cinco atrasos no horário de entrada, além de ter recebido algumas advertências por apresentar produção mensal bastante inferior, comparada aos colegas do setor que trabalham nas mesmas condições. Nessa situação, conforme previsão do artigo 482 da CLT, está caracterizada a justa causa para rescisão contratual pelo empregador na modalidade de:**

(A) desídia no desempenho das respectivas funções.

(B) abandono de emprego.

(C) ato de insubordinação.

(D) incontinência de conduta.

**60. Augusto trabalha na empresa "Molemole Ltda.", cumprindo jornada legal de 8 (oito) horas por dia. Ele gasta 20 (vinte) minutos para se deslocar de sua residência até o local de trabalho e o mesmo tempo para o seu retorno, utilizando ônibus fretado pago pela empresa, embora pudesse utilizar transporte público coletivo para fazer o trajeto, diante da proximidade da empresa e de sua casa do ponto de ônibus. Nessa situação, conforme norma legal,**

(A) somente em caso de previsão em cláusula de acordo ou convenção coletiva é que o tempo de trajeto e o seu retorno será computado na jornada de trabalho.

(B) será computado na jornada de trabalho o tempo gasto no deslocamento e para seu retorno visto que foi excedente de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

(C) o tempo de deslocamento da residência ao local de trabalho e o seu retorno será considerado na jornada de trabalho do empregado, visto que não ultrapassa 30 minutos.

(D) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, não será computado na jornada de trabalho.

**61. Graziela e Márcia são irmãs, advogadas e sócias administradoras do escritório de advocacia criado por ambas. Graziela atua na área Trabalhista e Márcia na área Cível. Considerando que ambas figuram como advogadas em todas as procurações, mas que nas reclamações trabalhistas, Graziela requer na petição inicial, expressamente, que as publicações e intimações sejam realizadas exclusivamente em seu nome, a comunicação feita apenas em nome de Márcia é:**

(A) válida, porque ambas figuram como advogadas na procuração.

(B) válida, porque são irmãs e sócias administradoras do escritório.

(C) nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

(D) nula, independente da existência ou não de prejuízo, em razão do expresso requerimento contido nos autos.

**62. Dentre os princípios norteadores do Processo do Trabalho estão a oralidade e a concentração dos atos em audiência. Nessa seara, conforme previsão legal,**

(A) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

(B) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz e as despesas correrão por conta da parte vencida no processo.

(C) o Juiz manterá a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem em razão da publicidade das audiências na Justiça do Trabalho, sendo que nesse caso deverá adiar a sessão.

(D) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal não podendo ser designado outro local para a realização das audiências.

**63. A respeito da ação de inquérito para apuração de falta grave, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) O prazo para o empregador propor o inquérito judicial para apuração de falta grave é de 30 dias contados da suspensão do empregado, tratando-se de prazo decadencial.

(B) Para o ajuizamento do inquérito para apuração de falta grave é obrigatória a suspensão de empregado.

(C) Se no inquérito judicial para apuração de falta grave ficar comprovada a referida falta, a sentença terá caráter constitutivo negativo, permitindo a resolução contratual.

(D) Se houver prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Vara ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

**64. A fase de execução no processo trabalhista possui regras próprias, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo correto afirmar sobre essa fase que:**

(A) requerida a execução, o Juiz mandará expedir mandado de citação do executado para que faça o pagamento em 15 (quinze) dias ou garanta a execução, sob pena de penhora.

(B) o executado que não pagar a importância reclamada poderá nomear bens à penhora, não havendo qualquer ordem preferencial a ser observada.

(C) serão julgados em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário, para possibilitar recursos parciais.

(D) garantida a execução ou penhorados os bens, terá a empresa executada 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

**65. Eduarda pretende ajuizar uma reclamatória trabalhista em face da sua empregadora “Prado Ltda.”, postulando o pagamento de horas extraordinárias, totalizando o valor equivalente a 20 (vinte) salários mínimos à época do ajuizamento da reclamação trabalhista. Nesse caso, o procedimento processual que deve tramitar a reclamatória trabalhista e a quantidade máxima de testemunhas que cada parte pode indicar, respectivamente, é:**

(A) ordinário e três testemunhas.

(B) sumaríssimo e duas testemunhas.

(D) ordinário e duas testemunhas.

(E) sumaríssimo e três testemunhas.

**Direito Tributário**

**66. A contribuição de intervenção no domínio econômico − CIDE − relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível:**

(A) incide sobre as receitas decorrentes de exportação.

(B) poderá ter sua alíquota diferenciada por produto ou uso.

(C) não poderá ter vinculação de receita.

(D) não poderá ter sua alíquota reduzida por ato do Poder Executivo.

**67. Marque a alternativa correta:**

(A) Impostos são espécies tributárias que podem ter suas receitas destinadas a uma atuação estatal específica;

(B) as contribuições sociais gerais são de competência exclusiva da União;

(C) As taxas previstas no art. 78 do CTN tem como fato gerador o exercício efetivo ou potencial do poder de polícia;

(D) O empréstimo compulsório em caso de guerra externa ou sua iminência somente se submete à noventena.

**68. Os lançamentos do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) são lançamentos:**

(A) por declaração ou misto, ambos.

(B) de ofício ou direto, ambos.

(C) por homologação e de ofício, respectivamente.

(D) por declaração e de ofício, respectivamente.

**69. São modalidades de suspensão do crédito tributário, exceto:**

(A) moratória

(B) medida liminar em mandado de segurança,

(C) depósito do montante integral

(D) ação de consignação em pagamento;

**70. Sobre exclusão do crédito tributário, considere:**

**I. A lei não pode, a qualquer tempo, revogar ou modificar a isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.**

**II. A anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.**

**III. O despacho da autoridade competente que concede isenção ou anistia em caráter individual gera direito adquirido ao beneficiado.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) III.

(B) II e III.

(C) II.

(D) I e II.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |